



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA.

ELIZÂNGELA SOARES DA SILVA

DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Análise na
EMEF "Luís Inácio" na Comunidade Nova União em Itaituba- Pará

ITAITUBA/ PA
2020

ELIZÂNGELA SOARES DA SILVA

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Análise na
EMEF “Luís Inácio” na Comunidade Nova União em Itaituba-
Pará**

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Faculdade de Itaituba.

Orientadora: Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

ITAITUBA/ PA
2020



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA-FAI

Av. Dr. Governador Fernando Guilhon, 4ª. Rua
Cidade Alta, Bairro Jardim das Araras.
68180-110 - Itaituba-Pará.
Telefone (93)3518-4320/ Fax: (93)3518-4319.
Site: www.unifait.edu.br /E-mail: fai@unifait.edu.br

ACADÊMICA: ELIZÂNGELA SOARES DA SILVA

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Análise na EMEF
“Luís Inácio” na Comunidade Nova União em Itaituba- Pará.**

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Faculdade de Itaituba.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof.^a Lúcia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliador 1: _____ Nota: _____
Prof. Dr. Francisco Cláudio da Silva Sousa, Dr.

Avaliador 2: _____ Nota: _____
Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 14 de Janeiro de 2020.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso
ao Deus todo poderoso e à minha família, nas
pessoas do meu esposo Antônio Silva;
Minhas filhas Elen Cristina Soares, minha
mãe Rosenir Soares, minha vovó Antônia
Brandão, minha segunda mãe; que foram
fundamentais nessa trajetória, que sinto
serem os coautores do meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a quem clamei em momentos de dúvidas e incertezas, por ter-me dado forças nos momentos em que pensei desistir; a cada período que se aproximava para ao final do curso e em momentos que a condição financeira estava difícil, mas sempre acreditava em Jesus; pois Ele sempre me iluminou fazendo com que eu fosse agraciada com meia bolsa de estudo, para que eu pudesse prosseguir meus estudos. Ao contrário, eu não chegaria até aqui;

Agradeço ao meu esposo Antônio Silva por me incentivar, dando-me força para ir além a busca dos meus sonhos; agradeço pelos cuidados com nossa casa, e com nossas filhas Elen e Elise Cristina, nos momentos de minha ausência para estudar e por ser esse companheiro e protetor do lar;

Agradeço minha mãe Rosenir, pelas palavras de incentivo e carinho nos momentos de dúvidas que foram tantos! E por me ajudar e por tudo que tem feito por mim, meu exemplo de mãe. Que Deus derrame suas bênçãos sem medida em sua vida;

Agradeço especialmente a minha querida sogra Elisa Meireles que tenho especial afeto como se fosse minha mãe, e especialmente por cuidar de minha filha Elise, quando precisei ausentar-me para estudar;

Também quero agradecer minha amiga professora Edineide Araújo Sousa, por ter-me Incentivado a dar o ponta pé inicial com o vestibular. Por isso estou aqui;

À minha irmã em Cristo dona Magnólia e seu Valdomiro, pelos conselhos e ao professor Francisco das Chagas, meu professor;

À minha amiga Marciana Marinho que sempre esteve ao meu lado em sala de aula, durante os quatro anos de estudos, sempre com um apoio especial;

Quero deixar meus agradecimentos a uma pessoa que foi muito importante nessa trajetória, minha professora Lucia Maria por dispor seu profissionalismo e paciência em me orientar neste Trabalho de Conclusão de Curso;

Agradeço aos professores da Faculdade de Itaituba, por intermediarem conhecimentos, especialmente ao prof. Dr. Francisco Claudio, coordenador do curso de Pedagogia, pela dedicação e empenho;

Aos os professores da EMEF Nova União, pelas entrevistas para a finalização deste trabalho;

Obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta vitória!

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês pode se tornar uma médica, que um filho de mineiro pode- se tornar o diretor de mina, que uma criança de peões de fazenda, pode se tornar o presidente de um país”.

(Nelson Mandela)

RESUMO

O referido estudo objetivou analisar os desafios da docência na Educação do Campo, especialmente com uma investigação na EMEF "Luís Inácio" na comunidade Nova união em Itaituba- Pará. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico e um estudo de campo com abordagem qualitativa e exploratória, ocorrida em Agosto de 2019. Os métodos de coletas de dados foram através de entrevistas por meio de questionários individuais direcionados aos três docentes da referida instituição. As questões norteadoras consistiram em: Quais são os desafios de um professor que trabalha na educação do campo? A escola proporciona uma estrutura adequada para desenvolver o ensino aprendizado e a educação integral? Quais metodologias são utilizadas para o trabalho pedagógico dos docentes na referida escola? A análise dos dados, demonstraram que realmente há dificuldades que consistem em desafios na escola em relação ao ensino aprendizagem na escola investigada, onde conclui-se que este cenário na educação precisa mudar, a começar com a adaptação de currículos, metodologias diversificadas e especialmente a presença dos pais no ambiente escolar.

PALAVRAS- CHAVE: Multissérie. Desafios. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges of teaching in Field Education, especially with an investigation in the EMEF "Luís Inácio" in the community Nova União in Itaituba- Pará. This is a bibliographical research for theoretical background and a field study with approach qualitative and exploratory, that took place in August 2019. The methods of data collection were through interviews through individual questionnaires addressed to the teachers of the institution. The guiding questions consisted of: What are the challenges of a teacher who works in rural education? Does the school provide an adequate framework for developing learning and lifelong learning? What methodologies are used for the pedagogical work of the teachers in the mentioned school? The analysis of the data, showed that there are actually difficulties that consist of challenges in the school in relation to teaching learning in the school investigated, where it is concluded that this scenario in education needs to change, starting with adapting curricula, diverse methodologies and especially the presence of parents in the school environment.

KEY WORDS: Multiseries. Challenges. Learning.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Para você, quais as contribuições da Educação do Campo para a comunidade?	50
QUADRO 02	Na escola, há turmas multisseriadas? Fale sobre.....	51
QUADRO 03	Quais os maiores desafios desta modalidade?	52
QUADRO 04	A escola está preparada para desenvolver esta modalidade? Por que?	54
QUADRO 05	Como é feita a adaptação curricular para o atendimento eficaz ao aluno?	55
QUADRO 06	Quais metodologias são utilizadas para o ensino aprendizado dos alunos?	56
QUADRO 07	Os pais contribuem para a educação de seus filhos? Justifique sua resposta.....	58
QUADRO 08	Trace o perfil dos alunos da escola campesina.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM POUCO DA HISTÓRIA.....	14
1.1 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
1.2 DIFICULDADES E REALIDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	20
1.3 DIFICULDADES E REALIDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	26
 ESCOLAS DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E	
2 PERSPECTATIVAS.....	31
2.1 ESTRUTURA DA ESCOLA DO CAMPO.....	31
2.2 O PROFESSOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS	34
DA ZONA RURAL.....	
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE PRECISA MUDAR	39
3 DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE	
 NA EMEF “LUIS INÁCIO” NA COMUNIDADE NOVA UNIÃO EM	
 ITAITUBA- PARÁ.....	48
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	48
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS	49
3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES	49
3.5 PROPOSTAS DE INTERVENIÊNCIAS.....	60
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Desafios da docência na educação do campo”, desenvolveu-se na EMEF “Luís Inácio” na comunidade Nova União em Itaituba-Pará. Para tanto, ocorreu uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico com autores específicos da temática trabalhada, como Arroyo (2007), Brasil (2006), Caldart (2004), Chalita (2004), Oliveira (2010) e também uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa exploratória realizada em Agosto de 2019, realizada com docentes efetivos, através de questionários individuais em forma de entrevistas.

Ademais, objetivou-se analisar os desafios dos professores na educação desenvolvida em escolas do campo, na zona rural. Também intencionou-se observar a estrutura física da escola, compreender as dificuldades dos professores para trabalhar na escola da zona rural e identificar metodologias na prática pedagógica dos professores.

Para direcionar o referido trabalho, foram elaboradas as seguintes questões: Quais são os desafios de um professor que trabalha na educação do campo? A escola proporciona uma estrutura adequada para desenvolver o ensino aprendizado e a educação integral? Quais metodologias são utilizadas para o trabalho pedagógico dos docentes na referida escola?

Para se chegar aos resultados, houve a coleta e análise das respostas dos entrevistados, com suas respectivas discursões e comentários, seguido das sugestões de propostas que abordam a questão dos desafios da docência na educação do campo na escola investigada e a conclusão de todo o estudo, onde constatou-se que a educação do campo sempre teve seus dilemas, desafios e contradições; e que mesmo tentando acertar, a mesma continua contribuindo com a formação dos alunos, com suas culturas e formas de viver diferenciadas, distantes dos centros urbanos.

Sobretudo, afirma-se também como desafios, um trabalho de adaptação curricular visando a realidade dos educandos, estratégias metodológicas mais eficientes e coletivas, e a participação efetiva dos pais na escola.

O trabalho está estruturado em três capítulos, onde o primeiro faz uma abordagem sobre a educação no campo, com um pouco da história, especificando a

educação rural e educação do campo; e as dificuldades e realidades na educação do campo.

O segundo capítulo ressalta sobre escolas do campo, problemas, desafios e perspectivas; a estrutura da escola do campo, o professor e as práticas pedagógicas nas escolas da zona rural e o que precisa mudar na educação do campo.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta o resultado de todo o trabalho de investigação, com a caracterização da escola, os procedimentos metodológicos, os perfis dos entrevistados, o resultado da pesquisa com os professores, a coleta e análise dos dados com as propostas de contribuição para facilitar o trabalho dos docentes na modalidade.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

1.1 EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM POUCO DA HISTÓRIA

Antes, não havia um sistema nacional de educação. A primeira Constituição de 1824 assegurava instrução primária gratuita a todos os cidadãos, sendo esse mesmo direito assegurado na Carta Magna de 1891, garantindo a liberdade e a laicidade de ensino.

A demanda educacional era das classes médias, que buscavam por meio dela, ascensão social como, também, ingresso no recente processo de industrialização. As elites mandavam seus filhos estudar fora do país, nas universidades da Europa garantindo um futuro melhor, por que no Brasil, não havia uma educação adequada para as altas categorias .

No campo não havia preocupação com educação, pois as classes dirigentes não viam necessidade de educar agregados e negros. As técnicas arcaicas utilizadas na agricultura não exigiam preparação profissional especializada, e não havia nenhum interesse em formação para a cidadania, a educação era considerada desnecessária e os cidadãos, ficavam sempre no analfabetismo.

Assim, vê-se o estreitamento da função da escola na sociedade capitalista apenas à preparação para o trabalho e manutenção do poder em suas mãos. Mas era necessário superar “visões que ora colocam a educação ao nível de infraestrutura (produção imediata da mais valia), ora relegam apenas à função ideológica superestrutural, um aparelho ideológico do estado”, Frigotto. (1999, p. 101)

Ao tratar-se da educação, a organização escolar brasileira passava a sofrer uma forte influência do positivismo e, junto com essa influência veio uma valorização da industrialização. Atribuindo maior importância ao modo de vida e produção urbana, sem levar em conta as outras formas de vida e trabalho, deixando de lado as pessoas que viviam e produziam no campo. Assim, Ferreira e Brandão (2011) abordam:

Após a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil sofreu influência da Filosofia positivista Francesa que teve como característica estimular e exaltar a industrialização moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade a exemplo dos que residem e produzem no campo (FERREIRA E BRANDÃO, 2011, p. 5).

Desta maneira, a implantação de um modelo urbano-tecnocrata de educação no campo estava em acordo com uma política, embora ainda não oficial, que tinha o campo como fornecedor de mão de obra para a indústria e a escola como ferramenta de lapidação dessa mão de obra. “A orientação político educacional capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um contingente maior de mão de obra para as novas atividades abertas no mercado – a industrialização” (FERREIRA e BRANDÃO, 2011, p. 6).

De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) o modelo escravocrata utilizado por Portugal para colonizar o Brasil e, mais tarde, os adotados pelos próprios brasileiros para a colonização do interior do país, de exploração brutal pelos proprietários de terra dos trabalhadores rurais, aos quais eram sistematicamente negados direitos sociais e trabalhistas, geraram um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo, bem como uma enorme dívida social.

Assim, o mesmo enfoque instrumentalista e de ordenamento social veio a caracterizar a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. Em meados da década de 1960, por ocasião da implantação do modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário, os currículos oficiais foram elaborados com enfoque tecnicista para atender ao processo de industrialização em curso.

No mesmo período, ocorreu um vigoroso movimento de educação popular, protagonizado por educadores ligados a universidades, movimentos religiosos ou partidos políticos de orientação de esquerda. Seu propósito era fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira. (RIBEIRO, 1993, p. 171).

Desta forma, por causa do descaso em relação à educação rural, os alunos do campo ainda são obrigados a se deslocarem todos os dias de suas residências e percorrerem uma longa distância para poderem ter uma educação digna e de qualidade. Já que no seu meio, no campo, não é possível encontrar condições estruturais e educacionais de qualidade para o seu aprendizado, pois as escolas urbanas foram e ainda são o alvo principal das políticas e dos investimentos educacionais, embora deixe a desejar em vários aspectos. Leite(1999), ressalta:

Apesar das lutas e aparentes incentivos governamentais a educação do campo continua sendo tratada com inferioridade e negligência, sendo sujeita a educação da cidade que é vista como prioridade das políticas públicas e dos governos. A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação políticoideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade". (LEITE, 1999 p. 14).

Nestas condições, ao mesmo tempo em que reprimiu os movimentos de educação popular, o governo militar, diante da elevada taxa de analfabetismo que o país registrava, buscando atingir resultados imediatamente mensuráveis, instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL, o qual se caracterizou como uma campanha de alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização e desvinculada da escola.

No processo de resistência à ditadura militar e mais efetivamente a partir de meados da década de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país. A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses. Uma capacitação exclusiva para quem vivia no campo e precisava usufruir dos direitos educacionais. Junior e Netto (2011) afirmam que,

No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única - diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. (JÚNIOR E NETTO, 2011, p. 46)

Desta maneira, a Constituição de 1988 deu contribuições importantes para luta do direito da população rural ter um plano político educacional. Pois, deu os meios jurídicos que sustentam as reivindicações por seus direitos sociais, quando traz em seu artigo 205, que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988), colocando, assim, o Estado no dever

de prover a educação para todos, independente de raça, cor ou localização.

Buscando meios para uma educação que contemple de fato a população campestre, uma dessas conquistas se revela com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual institui em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para a escola do campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

Diante do exposto, a LDB possibilitou que fosse construído um processo de mobilização social em torno da construção de uma escola especificamente do campo, o qual proporcionou, além de um debate sobre a situação da escola, um aprofundamento sobre a concepção de "rural e campo", possibilitando firmar a proposta desta modalidade de educação.

Logo, apesar de ser considerada uma conquista significativa para construção de um plano pedagógico que se oriente pelos objetivos e finalidades condizentes com a vida no campo, a LDB de 1996 recebe algumas críticas, por deixar de abordar de modo mais evidente questões importantes para a prática pedagógica com eficiência. Como Leite (1999), evidência:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais. 2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio moral. 3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos. (LEITE, 1999, p. 55-56),

Foi preciso analisar o descaso com a educação do campo que proporcionou a ida dos alunos para estudar na cidade, em busca de melhores condições de

aprendizagem, dado às condições locais. Atualmente, percebe-se que a desconsideração, já não é tanta, em virtude das conquistas alcançadas ao longo dos anos, como as leis já citadas anteriormente, às quais contribuíram significativamente na luta por uma educação de qualidade no e do campo.

Ao verificar Brasil (1996), artigo 28, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: "I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural".

Mediante a situação, a LDB 9394/96, possibilitou que fosse construído um processo de mobilização social em torno da construção de uma "escola verdadeiramente do campo", o qual proporcionou, além de um debate sobre a situação da escola, um aprofundamento sobre a concepção de "rural e campo", possibilitando firmar a proposta de educação do campo, enfatizando e atendendo as peculiaridades para a inserção de um público especial.

Vê-se que a escola do campo está esquecida, e os alunos são os que mais sofrem por conta deste abandono. Não é difícil encontrar-se no meio rural a triste realidade de diversas escolas abandonadas, sem alunos, sem professores, sem aulas. Pequenos prédios sem funcionamento, sem investimento e quase na ruína. E por conta deste desprezo, os alunos enfrentam estradas esburacadas até chegarem à cidade para enfim conseguirem estudar. Mas de acordo com Rocha e Hage (2010):

Aponta-se para a necessidade de mudar a visão negativa do campo e de seus povos, a fim de mudar a visão das escolas. É também ver e captar que o campo está vivo, que é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão, e que os povos do campo, em sua rica diversidade, afirmam-se como sujeitos políticos em múltiplas ações coletivas. (ROCHA & HAGE, 2010 p. 12)

A educação rural esteve direcionada à formação profissional, não priorizando um projeto social para o campo. Esta e o treinamento se colocam como fatores de desenvolvimento econômico da igualdade social. Sua ideia central é que

o investimento em habilidades e conhecimento, aumentaria futuras rendas, assemelhando-se a outros bens de consumo.

Nesse sentido, a educação é um investimento como qualquer outro, porque é produtora de capacidade de trabalho e proporciona uma potência para o fator trabalho. e quando trata-se de campo ou rural, há suas peculiaridades plausíveis, que só precisa de valorização. Camilo (2008) afirma que,

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como "rude" e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (CAMILO. 2008, p. 21).

Na atualidade, a escola e os professores possuem um papel fundamental na formação cidadã no campo; pois é na escola que os seres humanos interagem e aprendem a conviver em sociedade e desenvolver seu lado de forma mais humana. Com isso, evidencia-se a importância de uma educação voltada para os camponeses e para a vida no campo, para assim estabelecer um paralelo entre campo e cidade e diminuir o preconceito existente entre ambas as realidades.

Diante disto, avista-se um novo desafio; como fazer cumprir estes dispositivos legais na construção de uma escola voltada a um projeto de desenvolvimento ao campo, através da educação especializada. Arroyo (2004) afirma,

[...]. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

Desta maneira, os desafios são históricos. O compromisso com a escola do campo é uma responsabilidade que integra a luta brasileira por uma educação básica, de qualidade, onde se pretende ampliar a educação para o povo brasileiro; ou seja, a formação escolarizada como um direito do povo e dever do Estado. Além disso, pretende-se realizar a transformação da escola, construir novas alternativas pedagógicas que venham substituir as velhas práticas educacionais e, principalmente, a estrutura desse ensino.

Portanto, está-se construindo a verdadeira educação para a autonomia, como ressalta Freire (2002 p. 66): “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. É que o mundo de trabalho requer indivíduos capazes de desempenhar vários papéis na vida produtiva, com criatividade e iniciativa, características de indivíduos autônomos.

É nesta expectativa de sociedade da informação, onde ocorrem as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais constantes. O conhecimento, sendo emancipador torna-se cada vez mais estratégico. Há necessidade de uma leitura crítica do mundo, para interagir com o social, modificando-a. Uma educação de qualidade social, contrapondo-se ao modelo neoliberal de qualidade total, é indispensável para que isso venha a ocorrer de fato. E a educação no campo venha atingir aos anseios da população que precisa de conhecimentos repassados, mesmo de forma diferenciada.

1.2 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

É fato que a educação é o instrumento de formação do ser humano desde o momento de seu nascimento. Por meio desta, o indivíduo capacita-se a desenvolver sua cultura, ser participativo e reflexivo em suas atividades profissionais e sociais, relacionando-se socialmente com o mundo que o cerca.

Assim, ao tratar-se da educação do campo, esta está direcionada à população camponesa, realiza-se sob diferentes iniciativas, como por meio da educação formal, que se refere à escolarização da referida população nos diferentes níveis de ensino básico a superior, organizada pela rede pública, privada ou comunitária, e por meio da educação que parte da iniciativa de movimentos sociais, ONGs, pastorais, instituições de assistência técnica e de pesquisa, entre outras entidades da sociedade civil.

Dentro desse contexto, conforme Fernandes (apud SOUZA, 2006 p. 16): “A Educação do Campo nasceu em contraposição à Educação Rural. O que a Educação Rural não fez durante quase um século, a Educação do Campo fez em uma década”. A diferença entre Escola Rural e Escola do Campo torna-se visível e necessária, pois até esse momento o modelo educacional vigente não as diferenciava. A educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe

da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos e bem longe educacionalmente destes.

Desta forma, o conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e consequente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando com possibilidade de trabalhar por uma educação básica no campo vinculada ao processo de construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso a educação. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005).

Mediante a afirmação, se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade, que devem ser compreendidos, a partir de uma questão sobre conhecimentos iguais para sujeitos em contextos diferentes; na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias. No entanto,

[...] como espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo e ajudar o povo brasileiro a compreender que não há uma hierarquia, mas uma complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade. (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2005, p. 15)

A proposta pedagógica para uma educação do campo se constrói a partir das mais diversas reflexões realizadas nas práticas educacionais desenvolvidas no campo e, ou pelos sujeitos do campo. São reflexões que procuram reconhecer o campo como local que não apenas traduz, mas também produz uma pedagogia, direcionada à formação dos sujeitos deste contexto. Por isso, conforme Caldart (2004, p. 155), “[...] não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes e sem prepará-los para ser os sujeitos dessas transformações”.

Portanto, a visão Urbana Cêntrica, na qual o campo é encarado como lugar de atraso, meio secundário e provisório, vem direcionando as políticas públicas de educação do Estado Brasileiro. Pensadas para suprir as demandas das cidades e das classes dominantes, geralmente instaladas nas áreas urbanas, essas políticas têm se baseado em conceitos pedagógicos que colocam a educação do campo prioritariamente a serviço do desenvolvimento urbano-industrial. Faz-se necessário mencionar os Princípios da Educação do Campo, que, segundo Ramos (2005), constituem a Política Educacional do Campo:

I. O Princípio Pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana, que se refere a uma educação que deve contemplar os sujeitos que possuem peculiaridades [...]. II – O Princípio Pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo nos diz que cabe à escola resgatar a diversidade cultural que cada educando traz consigo, valorizando esses saberes e transformando-os em instrumentos capazes de contribuir no processo educativo [...]. III – O Princípio Pedagógico dos espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem coloca que o conhecimento se dá- nos diferentes espaços sociais, cabendo à escola sistematizar, analisar e sintetizar as diferentes formas de saberes que surgem, ampliando-os e relacionando-os com a sociedade em que os sujeitos estão inseridos. IV – O Princípio Pedagógico do lugar da escola vinculada à realidade dos sujeitos mostra-nos que a escola deve ir ao encontro dos sujeitos, valorizando suas experiências de vida V – O Princípio Pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável tem como base a participação coletiva da população do campo, nas gestões políticas e comunitárias, considerando sua diversidade e buscando um desenvolvimento humano amparado na construção de uma cidadania [...]. VI – O Princípio Pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino atribui às políticas públicas a missão de respeitar a heterogeneidade existente nos povos do campo, formulando parâmetros diferenciados e específicos para cada região, buscando atender suas necessidades particulares. (RAMOS, 2005, p. 134)

Assim, com os princípios pedagógicos explícitos, cabe à comunidade escolar do campo organizar-se para a construção de uma proposta pedagogicamente que contemple suas utopias, na busca de seus direitos de cidadãos igualitários, valorizados em sua diversidade histórica e cultural. As escolas do campo estão aí. São instituições que deveriam ser mais do que escolas, numa perspectiva pedagógica que se faz a partir da comunidade.

No entanto, as escolas do campo devem ser espaços de reconstrução da memória coletiva e histórica de toda a comunidade. Daí, a importância dos atores sociais, não somente educadores com educandos, mas com todos os que vivem a realidade da comunidade.

Para isso, é preciso que sejam assumidas posturas pedagógicas que venham a enriquecer a possibilidade do diálogo e, posteriormente, a implantação de muitas educações, diferenciadas e alternativas, para as várias realidades existentes no Brasil. O campo está neste contexto, com suas peculiaridades. Assim,

Para que essas especificidades, que singularizam cada lugar, possam ser respeitadas e legitimadas, é necessário assegurar a aplicação do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, relativas às propostas político pedagógicas dos Municípios e aos projetos pedagógicos das escolas, os quais deverão ser construídos mediante um processo coletivo e de ampla investigação da realidade. (RAMOS, MOREIRA E SANTOS, 2005, p. 40).

Diante desta questão, a educação do campo, além de ser um projeto de renovação pedagógica, caracteriza-se por meio de gestos, símbolos como rituais, músicas, danças e teatros; e linguagens próprias da cultura camponesa, contrapondo-se, assim, às atuais dimensões educativas com matrizes pedagógicas esquecidas pelo predomínio da pedagogia da fala, da transmissão, do discurso do mestre para alunos silenciosos.

Desta forma, isso tudo pode proporcionar velhas práticas, que se tornam novas, na medida em que o próprio Estado consolida que à educação rural limitar-se-á a programas pensados não pelos atores em processo, mas pelos técnicos das Secretarias Educacionais ao bel-prazer da pedagogia do escritório. Os projetos entre a educação do campo e a educação formal e bancária dos governos são paradoxais. Conforme Freire (1992, p. 58):

Na visão 'bancária' da educação, o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1992, p. 52)

No entanto, na educação do campo, todos são sujeitos e construtores de memória e da história; ou seja, todos são sujeitos sociais e culturais. Já na educação formal, a escolarização, apresentada como único modelo pedagógico a todos os brasileiros, reduz alunos a aprovados ou reprovados, novatos ou repetentes, defasados especiais ou anormais, além de criar um dualismo entre educador e educando, que ficará sempre como referência neste contexto educacional.

Assim, abre-se, a partir da educação do campo, um grande horizonte de temas transversais que podem e devem ser recuperados em todas as unidades escolares e nas suas respectivas comunidades, temáticas como esperança, cidadania, justiça, liberdade, igualdade, cooperação, diversidade, terra, trabalho, identidade e outras que proporcionem benefícios aos educandos.

Desde modo, não basta criar propostas educacionais que atendam exclusivamente à população do campo, sem que haja a preocupação de prescrever suas características históricas e culturais; é preciso também formular políticas públicas que atendam ao povo campestre de forma diferenciada no âmbito educacional, sem que esse sofra mudanças comportamentais e precise acompanhar a visão urbana necessária, porém não exclusiva. Conforme Caldart (2004):

[...] é a luta do povo por políticas públicas que irão garantir o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p. 150)

Nestas condições, o homem, a mulher, o jovem, a criança e quem mais vive suas especificidades no campo tem seu rosto; assim, como o professor e a professora, tem suas características, seu nome, sua história, também são sujeitos em construção; e como docentes, é preciso tirar a máscara e descobrir a pessoa que esta por trás de cada criança, jovem, adulto e conhecer a sua história e sua realidade.

Mediante isto, esta pode ser uma característica fundamental da educação básica do campo; por que esta é uma característica dos movimentos sociais, ser feito por sujeitos, valorizar as pessoas, respeitar suas diversidades e direitos.

Dessa forma a primeira característica é vincular a educação com os direitos, e vinculando a educação com os direitos, vincular a educação com os indivíduos e seus modos de ser, de agir e de pensar, orgulhosos de sua condição, seguro dos direitos pelos quais lutam; sujeitos estes que vão à escola, primam também pela educação com reforços e força de vontade de poder vencer na vida.

Essas dificuldades precisam ser superadas a partir de práticas que valorizam as peculiaridades de pessoas com uma realidade diferente dos grandes centros urbanos, pois estes contam com maiores oportunidades de acesso à sala de aula.

Uma das características da educação do campo é considerar a realidade, os interesses, valorizando os diferentes "grupos indenítários" e a sua produção da existência. Dentre esses grupos, estão os ribeirinhos, os indígenas, os quilombolas, os assentados da reforma agrária, os agricultores e os assalariados rurais – "todos formam a categoria sujeito histórico. O que os particulariza é a prática social, cultural. O que os une são as relações de trabalho com a terra e a pertença à classe trabalhadora, em oposição à classe latifundiária" (SOUZA, 2010, p. 54).

Outra questão a ser trabalhada é a gestão da escola. Que deve ser vista como espaço público e comunitário, surgindo dessa forma, a democratização do espaço escolar. Isso significa que precisa haver ampliação em quantidade e qualidade do acesso às instituições; participação da comunidade nas decisões sobre gestão escolar, propostas pedagógicas e políticas públicas; participação dos educandos na gestão escolar, superando a democracia representativa e a criação de coletivos pedagógicos, que pensem e repensem os processos de transformação do educando para o social.

É necessário entender que a educação do campo está intimamente ligada à pedagogia do trabalho e da cultura, que precisa ser usada na construção do projeto político-pedagógico das escolas inseridas nesse meio, o qual, por sua vez, venha a valorizar o trabalho como princípio educativo. Por esse caminho, também por meio das relações culturais, esta modalidade de educação busca compreender a diversidade de aspectos que constituem a memória coletiva de determinada sociedade, relacionando-a com o processo de ensino e aprendizagem, dando especial atenção à cultura ao estilo de vida dos alunos.

Desta forma, em 2003, o Brasil mudou de governo e os Movimentos Sociais articulados continuaram em ação. As principais campanhas que aconteceram no país como o Grito da Terra o Abril Vermelho 2003, Marcha das Margaridas vinculadas a Contag – CUT fizeram a diferença.

Contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais. Dentre elas o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos as peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2002).

Ao analisar a diretriz, vê-se que o direito à educação das pessoas que vivem no campo deve estar de acordo com a realidade social das comunidades; mas, para que se efetivem, precisam de pressões, justificando assim os Movimentos Sociais que lutam por um processo de mobilização em favor da educação, levando em conta os seus contextos, com uma metodologia específica para o campo, sem deixar de considerar as diversidades. Porém, está bem longe de acontecer.

1.3 DIFICULDADES E REALIDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao analisar as dificuldades e realidades do campo, a educação concebida pelo movimento deve assumir um compromisso coletivo com uma visão diferente como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer. E, portanto, a educação deve incentivar o cuidado com o conjunto da natureza; deve incentivar a criação de novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, étnica, cultural e ambiental dos seus sujeitos.

Essa preocupação com a natureza e o ambiente é outra marca distinta da educação do campo, que vê a educação ambiental como parte da própria experiência de vida; e, portanto, deve estar presente em todos os espaços da vida e da sala de aula e não apenas como tema transversal, incluído esporadicamente no currículo escolar.

Diante disso, há uma tendência dominante no país, marcado por exclusões e desigualdades, que consideram as pessoas que vivem no campo como parte atrasada e fora de lugar, onde não teria a necessidade de políticas públicas específicas para essas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade ou diante de pressões sociais.

Embora dominante essa tendência não consegue avançar sem contradições, de um lado, estão as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, entre elas a da crise do desemprego e a consequência explosiva que trás para a migração campo-cidade, de outro, está a reação da população do campo, que não aceita essa marginalização e passa a lutar pelo seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência econômica, política, cultural, que também inclui iniciativas na educação no campo. (CALDART, 2004, p.21)

Contudo, devido à situação geral da educação brasileira atualmente, e em particular dessa tendência de marginalização das escolas do meio rural, é também

um problema grave o tipo de escola pública oferecida à população do campo. De modo geral é uma escola relegada ao abandono. Em muitos estados recebe a denominação de escolas isoladas.

De acordo com a realidade, como predomina a educação unilateral da relação cidade-campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagens, por estradas precárias, com a finalidade de reduzir custos, e ainda colocam em classes separadas das crianças da cidade, reforçando dessa forma a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade; ou são colocadas nas mesmas salas, onde são chamadas de atrasadas pelas colegas, ou mesmo por algum de seus professores urbanos e, para serem modernas, passam a assumir valores duvidosos.

Mediante a situação, os municípios precisam, a partir desse movimento, ter diretrizes explícitas de Educação do Campo, a fim de obrigar novas possibilidades ao acesso à educação e permanência na escola. É contestável educandos/as de o campo estudarem em escolas urbanas e serem tratados como alunos urbanos, isso é negar a existência da população do campo. O Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, afirma:

Art. 2º São princípios da educação do campo: I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (BRASIL, 2010, p. 01).

A partir desse decreto, abre-se a possibilidade de construir uma educação que ofereça condições legais para que as proposições da Educação do Campo sejam realidade. É possível uma política pública de educação que contribua “por um Brasil Rural com gente.” De acordo com o parecer, tem-se a possibilidade de entender que os sujeitos do campo são sujeitos com saberes, cultura e trabalho e

mais é necessário. Entender que o campo é diverso, reconhecer e trabalhar com os conhecimentos e saberes diferenciados.

Porém, não pode-se negar que o direito à educação dos povos camponeses derivou-se das lutas e conquistas dos diversos movimentos sociais ao longo dos últimos anos, mas tanto quanto um direito, a educação é um dever do Estado e, como um bem público e de direito reconhecido, ela precisa ser garantida não só por meio da implantação de políticas públicas, mas especialmente pelas condições para sua efetivação e das diferenciações de quem estuda.

Nestas condições, a escola rural tem que dar conta da educação básica como direito ao saber, ao conhecimento, a cultura produzida socialmente. As crianças que moram no campo têm tanto direito à educação básica quanto quem mora na cidade; sendo necessário que os pais destas, tenham consciência de sua cidadania para que possam lutar por eles.

Assim, as pesquisas realizadas pelo Inep, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa na primeira década deste século XXI, nos debates nacionais com movimentos sociais e governo, apontou como principais dificuldades em relação à educação do campo:

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
 - dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
 - falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
 - falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
 - ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
 - predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
 - falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
 - baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
 - baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
 - necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.
- No que diz respeito ao perfil socioeconômico da população rural, os indicadores mostraram que é grande a desigualdade existente entre as zonas rural e urbana e entre as grandes regiões. (INEP, 2004), s/p)

Diante do citado, ainda falta muito, uma infraestrutura adequada para muitas escolas do campo. Não tem biblioteca e muito menos livros para as crianças lerem na escola, e tampouco para levar pra casa; não conhecem laboratório de ciências, e

não possuem computadores suficientes para pesquisas. Quanto a organização curricular, ainda deixam a desejar.

As escolas multisseriadas e uni-docentes tornam-se desafios às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária. De acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o PNAIC, os contextos das escolas brasileiras são diversos e, por isso, parte-se do pressuposto de que qualquer proposta curricular homogeneizante encobre particularidades fundamentais dos processos de ensino e aprendizagem. Nesta diversidade de contextos, a polarização entre a educação oferecida nas escolas urbanas e nas escolas rurais norteia muitos dos debates sobre diferentes políticas públicas.

Ressalta-se, no entanto, a imensa diversidade existente no país, seja no meio urbano ou rural. Singularidades marcam diferenças profundas entre espaços escolares tanto no campo quanto na cidade. É fundamental, portanto, desenvolver olhares sobre cada realidade, sem perder de vista que apesar da diversidade, há direitos de aprendizagem que são comuns, tal como o direito à alfabetização. Por essa razão, têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade:

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (INEP, 2006:19)

Dessa maneira, os professores da área rural enfrentam as consequências da sobrecarga de trabalho, da alta rotatividade e das dificuldades de acesso e locomoção. Além disso, recebem salários inferiores aos da zona urbana e estão entre os que têm menor nível de escolaridade. No âmbito das políticas públicas para a educação, pensava-se, e muitos pensam ainda, que o problema a ser resolvidas para a educação das populações que vivem fora das cidades decorria apenas da localização geográfica das escolas e da baixa densidade populacional nas regiões rurais.

Isto implicava, entre outras coisas, a necessidade de serem percorridas grandes distâncias entre casa e escola e o atendimento de um número reduzido de alunos, com consequências diretas nos gastos para a manutenção do então denominado ensino rural, e também como reflexo dos programas de transporte escolar ou de modelos de nucleação inadequados.

Neste sentido, o planejamento da ação didática, ao considerar a cultura da comunidade, suas práticas sociais, suas atividades de trabalho, favorece o sentimento de pertencimento da criança à sua comunidade e à própria escola. O planejamento orientado pelas necessidades da criança e sua comunidade também deve, por este raciocínio, buscar superar “a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural” (II CNEC, 2004, p. 3).

Quanto a esta questão, insere-se a reflexão acerca do lugar da alfabetização no processo educativo. Ao adotar-se a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, concebe-se que a escola, ao alfabetizar o estudante, ajuda-o não apenas a dominar o Sistema de Escrita Alfabética, mas contribui para que ele possa, individual e coletivamente, atuar de forma autônoma em diferentes esferas sociais, produzindo e compreendendo textos de diferentes gêneros, ou seja, agindo por meio desses textos.

Diante disto, seja no campo ou na cidade, as crianças têm o direito de acesso à escrita, que se configura como um instrumento cultural construído pela humanidade, que medeia muitas relações sociais e possibilita o acesso às práticas sociais variadas. Desse modo, é preciso reconhecer a diversidade de espaços educativos, mas não abrir mão do dever que a escola tem de garantir que todos tenham condições de se apropriar da leitura e da escrita, para poder participar com autonomia das situações de interação em que tais capacidades sejam exigidas.

Portanto, busca-se uma educação do campo que possibilite pensar no desenvolvimento para além do seu espaço, da sua comunidade próxima ou da sua região, e da relação desta com o seu desenvolvimento global ou integral.

E, nesse contexto, pensando o ensino fundamental que contribua efetivamente para a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, com o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

2 ESCOLAS DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTATIVAS

2.1 ESTRUTURA DA ESCOLA DO CAMPO.

Não é ignorado que as escolas do campo funcionam, em sua maioria, em situações precárias, sem condições de funcionamento e, além disso, muitos professores trabalham com carga horária maior do que a permitida; o que acaba prejudicando seu trabalho pedagógico. A infraestrutura é um fator negativo que influencia na aprendizagem do aluno, uma vez que muitas escolas estão sucateadas, sem condições de funcionamento com a falta de materiais, merenda, recursos pedagógico e pessoal, para fazer a escola funcionar adequadamente.

A educação no campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Assim, a escola deve atender essa demanda, com todas as suas características.

É destinada às populações rurais nas diversas produções de vida, assim como serve também como denominação da educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena. Nesta educação, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes.

A ideia que geralmente se tem nas escolas rurais de modo muito consensual é de que os alunos, para ter uma boa educação, precisam sair do campo para ir para as cidades grandes, se estes quiserem ter uma educação digna e de qualidade.

Desta forma, há uma realidade comum nas escolas rurais, em diferentes contextos, no que se refere ao seu fechamento, à diminuição do número de alunos e de comunidades rurais com escola, à distância percorrida pelos alunos, além das implicações das escolas para a vitalidade do campo a partir da realidade dos mesmos.

[...] essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, evidenciando, inclusive, o descumprimento da legislação vigente. (HAGE, 2014, p. 1173).

Assim, a escola do meio rural possui um papel fundamental para a comunidade, pois ela consegue manter as crianças em seu local de convívio, evitando a necessidade de se deslocarem para a cidade. Infelizmente, muitas dessas escolas estão esquecidas pelo poder público que nada, ou tão pouco faz, para mantê-las abertas. A educação, em pequenas comunidades, funciona em locais improvisados, sem infraestrutura, sem espaço para que haja o ensino-aprendizagem eficaz.

O ensino nas escolas do campo, apesar de haver intervenção das Secretarias de Educação, ainda tem o currículo escolar baseado em conteúdos prioritariamente urbanos, ocultando as demandas e saberes vivenciados pelo povo do campo que tem suas culturas diferentes.

Entretanto, não são apenas esses motivos que impedem que haja um local de ensino de qualidade, pois não depende só de infraestrutura, de materiais, mas compreensão e entendimento para adaptar a uma realidade diferente. Satyro e Soares (2008, p.09) ressalta que não é possível falar de infraestrutura escolar sem falar sobre os insumos, pois estes escolares são entendidos como infraestrutura de todo tipo: número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar e proporcionar para o trabalho pedagógico.

Os insumos escolares são muito relevantes na definição dos resultados educacionais e não devem ser tratados como inutilidade. Muitos são os fatores limitantes, tais como os sociais, tão dolorosamente expressivos em nossa realidade, onde temos as origens socioeconômicas dos educandos. Os efeitos dos insumos não são nulos em nossa educação, mas são reduzidos. Porém, isso não quer dizer que as políticas públicas para sua melhoria não estão, a priori, fracassadas.

Portanto, trabalhar em turmas multisseriadas requer compromisso por parte do docente, uma vez que o mesmo irá trabalhar com várias séries num mesmo espaço e tempo. Diante disso, faz-se necessário que o professor adéque sua metodologia e sua forma de trabalho para que possa atender às necessidades dos educandos. Entretanto, não existe ainda uma forma adequada para se trabalhar e atender as classes multisseriadas. Faz-se necessário desenvolver propostas que possam

melhorar esse tipo de ensino e favorecer a todos os alunos que participam dessa modalidade de estudo, a multisseriada.

As escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais, não fossem todas as mazelas que envolvem sua dinâmica educativa (HAGE, 2006, p. 05).

Mediante a questão é preciso considerar o analfabetismo e o baixo nível de escolarização da população rural, o difícil acesso às escolas, a sua precariedade e a baixa qualidade do ensino, bem como o conteúdo dissociado da realidade, compreendendo-se a importância da luta por escolas presente na agenda dos movimentos sociais do campo.

As escolas rurais no Brasil, historicamente, têm estado em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série. Arroyo (2007, p.160), as escolas do campo precisam de “[...] profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo”.

As escolas do campo têm autonomia para elaborar seu próprio projeto pedagógico – e a orientação é que não só valorizem o contexto cultural no qual estão inseridos seus estudantes, como também incluam os saberes rurais e as tradições locais nos conteúdos ensinados.

Diante da questão, são muitos os problemas que estão presentes na educação brasileira, especialmente na educação pública, no campo, em classes multisseriadas. São diversos os fatores que proporcionam resultados negativos, com crianças que não dominam habilidade de ler, escrever, compreender e nem interpretar.

Entende-se que os cidadãos do campo são vistos como pessoas que não precisam de elevado nível de escolaridade para viver no campo, inclusive o próprio poder público, pouco faz para garantir ou melhorar a qualidade da Educação do Campo, corroborando com a tese de que não há necessidade de muito estudo para se trabalhar com a terra. A partir deste contexto, vê-se a necessidade de uma formação continuada no intuito de buscar superar as dificuldades existentes na

escola e, com isto, melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos que também precisam usufruir de sua cidadania.

2.2 O PROFESSOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL.

A Educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no meio rural. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana.

É importante compreender que a educação do campo possui tal denominação não só apenas por sua localização espacial e geográfica, mas também pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no meio urbano, e com educação diferenciada. Daí, a necessidade de estratégias e metodologias para que se alcance uma educação eficaz, para um público com suas especificidades.

Tratar sobre a importância da didática no ensino e aprendizagem tem uma grande relação com os conceitos que se emprega para os termos “ensinar” e “aprender. A questão da educação do campo no Brasil sempre foi um desafio a ser vencido. Os problemas que surgem da realidade socioeconômica influenciam a concepção de educação que é oferecida aos povos do campo: poucos investimentos por parte dos organismos do Estado, pouca infraestrutura nas escolas para compreender a diversidade local e ausência de uma sólida organização social.

Desta maneira, os professores são os maiores atores no processo de mudanças ocorridas em sala de aula. Por isso, é importante que este profissional carregue consigo uma visão ampla, multifacetada e heterogênea, de modo a conceber o conhecimento como objeto em constante construção.

Ensinar é a atividade que tem por finalidade que o outro obtenha o conhecimento. Para que se tenha um ensino de forma que realmente agregue valor é preciso que o professor como fosse um transmissor de conhecimentos, se utilize de métodos e técnicas adequadas que tenham base não apenas no contexto geral como o local, assim a necessidade básica do aluno será encarada como uma ponte para o ensino e não como um obstáculo. Como aborda Libâneo (1994, p. 90) “a

relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende.”

Para se construir uma formação acadêmica reflexiva é conceber que a educação seja envolvida nas dimensões da sociedade. Neste sentido, o olhar sobre a educação requer o olhar, também sobre a concepção de visão de mundo, de sociedade, para que seja possível pensar em uma sociedade do futuro.

Nesta, o campo e a cidade são partes constitutivas da realidade social em nível horizontal, não hierárquico. Como assinala Williams (1989, p. 387), “[...] o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas interrelações”. Há uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais.

Assim, pode-se dizer que as práticas pedagógicas nas áreas do campo precisam de um olhar mais atento. O currículo escolar e o modo de ensinar abrangem compreensões sobre as diversidades culturais, levando-se em consideração diversos olhares sobre as realidades. Dessa forma, cabe à escola do campo recriar o conceito de camponês, de local, de currículo, a partir da visão de seus próprios atores, utilizando, portanto, a categoria campo como sinal significativo de tal recriação com responsabilidade.

Desde o princípio, a educação básica do campo foi em busca de uma educação cujos conteúdos e cujas metodologias sejam especificamente voltadas a essa realidade. É de conhecimento, entretanto, que tal prática não anula as outras, mas que o processo de assimilação ativo é composto de diversos componentes como os objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas. Outro fator de suma importância é a motivação que pode acontecer de duas formas distintas, intrínseca e extrínseca, ela é um fator muito importante para que aconteça a aprendizagem.

A motivação é intrínseca quando se trata de objetivos internos, como a satisfação de necessidades orgânicas ou sociais, a curiosidade, a aspiração pelo conhecimento; é extrínseca, quando a ação da criança é estimulada de fora, como as exigências da escola, a expectativa de benefícios sociais que o estudo pode trazer, a estimulação da família, do professor ou dos demais colegas. (LIBÂNEO, 1994, p. 88).

Para que a aprendizagem seja efetivada é preciso que o professor organize o conteúdo de uma maneira a atender as necessidades do aluno para que o aluno

descubra suas possibilidades. Aprender de forma alguma pode ser comparado ou relacionado com a decoração de conteúdos que em nada acrescenta nos pensamentos e habilidades do estudante. A aprendizagem   algo que modifica o pensamento, não se trata de uma estagna o onde os conteúdos em nada influenciam na forma do individuo agir.

Para que se possa haver a aprendizagem o aluno necessita ser estimulado com conteúdos de seu alcance, textos que tratem de sua realidade. Somente quando o aluno demonstra através de ações alguma forma de mudança crítica podemos dizer que realmente existiu a aprendizagem. O Saviani (2000, p.172) nos mostra na íntegra os documentos oficiais da educa o brasileira, a exemplo do Art. 28 da LDB – Lei Diretrizes e Bases da Educa o Nacional (Lei n.  9.394/96):

Na oferta de educa o básica para a popula o rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias   sua adequa o às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organiza o escolar própria, incluindo adequa o do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequa o   natureza do trabalho na zona rural.

Todavia, o Art. 28 da LDB tem sido desrespeitado em várias áreas do país que possuem realidades campestinas. A própria LDB possui contradições ao afirmar uma educa o básica para a popula o rural. Nessa perspectiva, educar   compreender a realidade na qual o sujeito está inserido e as diversas influências dos vários meios sociais em que ele vive. Porém, quando se trata da educa o do campo, historicamente não se oportunizou ao sujeito do campo a boa forma o para que o professor desenvolvesse as suas práticas com mais propriedade.

Em sua prática pedagógica, o professor cria situações que estimulam a capacidade de raciocínio de seus alunos, utilizando métodos alternativos para facilitar e desenvolver as habilidades e competências, como ressalta Sch n (2000). O fim da educa o não   preparar o sujeito para a vida, mas a própria vida. O fim da educa o   dizer os caminhos a serem percorridos a partir de uma realidade capaz de mobilizar os sujeitos para que construam autonomia e crítica sobre a sua ambiência.   preciso preparar este para a vida.

Tratando sobre o ensino, temos a multidimensionalidade do processo de ensino-aprendizagem, onde este é o objeto de estudo da didática, pois toda proposta didática está impregnada, implícita ou explicitamente, de uma concepção do processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo de multidimensionalidade temos a articulação das dimensões humanas, técnicas e políticas-sociais. É aqui, nessas dimensões, que os professores e suas diversas estruturas didáticas devem se situar em relação à educação (CANDAU, 1993 p.13).

Ademais, o processo de construção de um projeto popular alternativo de desenvolvimento para o Brasil requer novos valores éticos e culturais, que precisam ser assumidos por todos os inseridos no contexto. Esses valores são os compromissos básicos, urgentes e emergentes. São eles: compromisso com a soberania; com a solidariedade, extermínio da exclusão social e da desigualdade; com o desenvolvimento para o rompimento com o capital financeiro; com a sustentabilidade; com a democracia ampliada; e, com a segurança alimentar e antes de qualquer coisa um respeito mútuo planetário entre os sujeitos. Por fim, o desafio para outro comportamento que consistem em identidade de um povo, sobre a questão escolar do campo, está apenas iniciando.

O processo é longo e desafiador; não se pode ser desesperança na luta por uma escola com mais infraestrutura e mais políticas públicas que possibilite qualidade e comporte os sujeitos em questão. É preciso “[...] Fazer do povo do campo e de seus processos de formação o ponto de partida para a formulação de políticas públicas educativas significa garantir o caráter popular dessas políticas e sua articulação com o projeto de país e de campo” (ARROYO et al, 2004, p. 14-15).

Assim, a dimensão política se relaciona às referências do contexto socioeconômico e político que situa a prática de formação do educando. Nessa perspectiva a educação é observada como uma prática social articulada com o sistema político-econômico vigente. Essa realizada leva à compreensão de que a prática não é neutra, assim pode contribuir para a manutenção ou emancipação das condições sociais, com outro olhar de que vive em um contexto diferente.

A formação do professor será sempre uma auto interrogação por que as possibilidades nunca se esgotam. O professor nunca estará acabado, nunca dominará plenamente seu percurso. E por isso a formação nos coloca em confronto com nós mesmos, como possível humano existente em nós. Espera-se que o professor, ao olhar-se no espelho, depare com a alteridade mais radical. (PIMENTA, 2005, p.199).

Entende-se que a dimensão humana é enfatizada nas relações interpessoais presentes no processo de formação, evidencia a comunicação humana inerente na ação educativa. Levando em consideração a necessidade da formação para fundamentarmos cientificamente a ação pedagógica, é importante que no processo de profissionalização seja estimuladas iniciativas para que os educadores se identifiquem com a profissão, despertem para as necessidades da renovação dos saberes, através da investigação-ação, assim como da investigação-formação.

O processo educativo que evidencia essa categoria contribuirá para a construção de conhecimento centrado no desenvolvimento pessoal, intelectual e emocional. Desenvolvimento na educação rural.

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica. Quanto melhor faça esta operação, tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. (FREIRE, 1996, p.43-44)

Diante desta realidade, a soma de todos esses aspectos evidenciados, apontam para a necessidade de reacender uma competência que deve ser intrínseca a todo educador, a competência leitora, essa que lhe faz ser um pesquisador e reconhecer a importância de buscar os novos paradigmas para implementar sua ação e superar suas dificuldades. Para chegar-se a isso, é preciso a leitura constante para ampliar os conhecimentos.

Na perspectiva da dimensão ensinar, verifica-se a influência de diferentes paradigmas e a intencionalidade contida no processo de ensino constituindo-se dessa forma de um ato político. Nesse sentido, o ensino objetiva a construção do conhecimento e cabe ao professor orientar, coordenar e estabelecer uma relação pedagógica harmoniosa com o aluno para mediar essa construção. Pois como prática social o ensino é uma atividade profissional complexa que exige uma formação e conhecimentos para instrumentalizar política e tecnicamente o aluno que se tenciona constituir como sujeito social, como a sociedade exige.

Sobretudo, essa atividade envolve condições externas e internas, por isso a ação didática é constituída de vários elementos como o professor, aluno, disciplina

(matéria/conteúdo), contexto da aprendizagem e as estratégias metodológicas adequadas e adaptadas para quem estuda no campo e uma atenção especial para os materiais didáticos- pedagógicos. Segundo Libâneo (1994), com relação ao processo de ensino, destaca que:

[...] efetivado pelo trabalho docente, constitui-se de um sistema articulado dos seguintes componentes: objetivos, conteúdos, métodos e condições. O professor dirige esse processo, sob condições concretas das situações didáticas, em cujo desenvolvimento se assegura a assimilação ativa de conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p. 92)

Assim, percebe-se que o desenvolvimento da ação didática mobiliza diversos fatores e dentre eles destaca-se o papel do professor como o condutor dessa atividade, ou seja, ele não é mais importante que os demais elementos, uma vez que a realização da ação didática mobiliza de forma interdependente todos os elementos que a constitui para a realização da ação educativa. Dessa forma, é inegável a participação do docente nesse processo, como também os conhecimentos didáticos que irão permitir a resolução de problemas que possam vir a existir no desenvolvimento do processo de ensino.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE PRECISA MUDAR.

Atualmente, a necessidade de melhorar a educação brasileira é um consenso em toda a sociedade. E era da globalização, o mundo está em movimento constante, impulsionado pela correlação de forças que o disputa e a concorrência está em toda parte, onde quer que se encontre. São classes sociais defendendo diferentes sistemas políticos que determinam os usos dos territórios, exploram a natureza, o trabalho e o sujeito inserido neste contexto.

Diante desta situação, esses sistemas e suas distintas classes sociais determinam o poder de decisão sobre a gestão da acumulação, procurando sustentar sua manutenção, produzindo desigualdades econômicas, políticas e territoriais e o ser humano, que precisa de educação adequada para inserir-se no contexto social.

Assim, a educação é um direito humano fundamental, porém ainda não exercido plenamente em várias regiões do país. Seja por questões econômicas, seja

por questões políticas e culturais, o fato é que muitas pessoas nunca tiveram acesso a uma sala de aula. E nas zonas rurais não é diferente.

Desta forma, ditam as tecnologias e os modos de vida, demarcando territórios, liberdade, subordinação e, evidentemente, produzindo diferentes modelos de desenvolvimento. As pessoas que formam as classes desses, determinam a correlação de forças que pode mudar ou manter o sistema que se sustenta com tudo isso.

Ao se tratar da disciplina escolar, faz-se necessário que haja um círculo de relações que abranjam os indivíduos participantes do ambiente escolar, professor-escola e professor-aluno. O que pode ser percebido, é que no referente à relação professor-escola, ainda não há um bom entendimento entre as partes, o que se explica por vezes, pelo fato de o professor ser novato no corpo docente da escola e ainda não estar familiarizado com o novo ambiente de trabalho. Para a UNESCO (2016),

Uma educação melhor leva a maior prosperidade, à melhoria da agricultura, a melhores resultados de saúde, a menos violência, a mais igualdade entre os sexos, a capitais sociais mais elevados e a um ambiente natural melhorado. A educação é a chave para ajudar as pessoas em todo o mundo a compreender por que o desenvolvimento sustentável é um conceito tão vital para nosso futuro comum. (UNESCO, 2016, p.5)

Desta forma, a educação como condição e como solução, são paradigmas distintos que evidenciam as instituições que assumem mais a postura dicotômica, porque não exige compromisso como a transformação e a superação. Por essa razão, o Estado e as comunidades são instituições fundamentais para cuidar da educação, porque não podem separá-la do território em que está inserida.

A educação é um direito, condição essencial para o desenvolvimento. Essas são referências fundamentais para compreender o processo de construção da educação do campo.

Embora essas referências sejam básicas, elas estão em risco permanente, porque o direito pode não ser respeitado, inclusive pelo Estado, porque a educação pode ser vista como um serviço ou uma mercadoria pela razão neoliberal, porque pode ser precarizada no que se refere a infraestrutura das escolas, equipamentos, materiais, recursos didáticos e salários dos professores, comprometendo a

qualidade dos conteúdos e mais uma série de problemas que a educação brasileira tem enfrentado em todos os níveis. E a do campo não foge à regra.

A educação que não se quer, relativa à classe multisseriadas algo estável, muito menos professores despreparados, alunos objetos de comunicação, ausência, da família e a falta de apoio pedagógico. A educação que se busca para classe tem que ser flexível, com professor capacitado e bem remunerado, metodologias diversificadas, participação ativa da família escola, troca de conhecimentos entre professores e alunos e também uma boa organização do espaço escolar.

Os desafios são diários, ou seja, é uma realidade que caracteriza as classes multisseriadas de forma geral, pois quando se fala nessa organização de ensino, sabe-se que é uma realidade completamente visível e ninguém faz coisa alguma para melhorar essa nomenclatura, se é que se pode referi-la assim.

O docente e discente do campo é um exemplo de quem realmente busca levar e obter o conhecimento, isto é, educação formal. Essa realidade contribui muito para a desestruturação das escolas da área rural. É que falta rever muitas coisas, especialmente o preparo da adaptação da realidade.

Essa realidade tem gerado ao longo dos anos, a situação de precariedade em que viveu e ainda vive a escola do campo, seja em relação a estrutura física, seja pelo insuficiente grau de formação dos professores. Constituída essencialmente por sala multisseriada ou unidocente, essa escola se caracteriza por possuir uma sala e ter um só professor que ministra aulas para quatro séries iniciais do Ensino Fundamental no mesmo local e ao mesmo tempo. (TOLEDO, 2005: 06)

Assim como os professores, os alunos de multissérie também perpassam por inúmeras angústias, aflições diárias, independentemente de inverno ou verão, onde estes educando tem que se locomover de seus lares, que na maioria das vezes fica distante do âmbito escolar, ou seja, longe da comunidade na qual está situada a escola. Muitos deles andam quilômetros para chegar à escola, que faça chuva ou sol eles jamais deixam de ir ao colégio e jamais reclamam de todas essas turbulências que passam no decorrer do ano letivo.

Ainda, considerando-se que sem contar que eles se arriscam, pois muitas vezes para chegar à escola, enfrentam uma série de perigos, no inverno as estradas ficam escorregadias, devido ter muitas partes do percurso bastante elevado, ocasionando assim uma série de riscos e nem por isso eles faltam à escola.

Em suma, a estratégia adotada, não só pelo professor, mas como, praticamente, todos os educadores que ensinam na escola básica, é a metodologia tradicional, tendo uma relação professor-aluno de modo vertical, onde o conteúdo é explanado e fica a cargo dos alunos assimilarem o que foi dito para conseguirem atingir a meta escolar. Faz-se necessário rever estes detalhes.

[...] A aprendizagem não é alcançada de forma instantânea nem por domínio de informações técnicas, pelo contrário, requer um processo de aproximações sucessivas e cada vez mais amplas e integradas, de modo que o educando, a partir da reflexão sobre suas experiências e percepções iniciais, observe, reelabore e sistematize seu conhecimento acerca do objeto em estudo. (DAVIANI, 2010: 288)

As classes multisseriadas é um grande desafio que leva os educadores a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações, pois os educando do campo merecem ser tratados com dignidade e precisam de uma educação de qualidade, ainda ha muito a ser feito para que possa se falar que a Educação do Campo é favorável ao aprendizado do discente.

Tem-se conhecimento que em uma turma multisseriada, muitas situações são impossíveis. Em relação a estes itens é necessário que haja uma porção de cuidados, pois o currículo deve ser diferenciado e o planejamento deve ser desenvolvido de acordo com a realidade do campo, já o espaço escolar este deve ser organizado cautelosamente, porque será nesse ambiente que o educador passara a ministrar suas aulas.

Todo ser humano precisa de escolarização para se desenvolver plenamente como cidadão. Um indivíduo que não sabe ler, escrever, interpretar informações ou expressar ideias é impedido de exercer sua cidadania, já que não tem subsídios cognitivos para compreender seus direitos e deveres. O docente, está inserido neste contexto e precisa de ser um orientador que compreenda as características de uma escola rural.

É muito complicada a organização do espaço escolar, preparar o planejamento e o currículo escolar de aulas e só partir de uma organização adequada o professor poderá desempenhar sua função com êxito. O docente deve ter a autonomia para adaptar o currículo, primando às necessidades.

Entre as questões que podem persuadir-nos a favor desta modalidade de organização e desenvolvimento curricular estão as que se referem a utilidade social de lado currículo. Este deve servir para atender as necessidades de alunos e alunas de compreender a sociedade na qual vivem, favorecendo consequentemente o desenvolvimento de diversas aptidões, tanto social como técnica, que ajudem em sua socialização dentro da comunidade como pessoas autônomas, críticas, democráticas e solidárias. (SANTOMÊ, 1998: 187).

Assim, é necessário que os conteúdos sejam especificamente voltados ao desempenho do educando, elaborado diretamente de acordo com o desenvolvimento anual do discente, e isso só se tornará possível a partir da convivência direta em uma sala multisseriada.

Para atender melhor a população estudantil, a Pedagogia é a área do conhecimento que se dedica a entender e a otimizar os processos de aprendizagem. Isso inclui a alfabetização de crianças, jovens e adultos, a demanda das escolas do campo e especialmente por ter suas diversidades. . As figuras do professor e do pedagogo, portanto, são essenciais para concretizar-se os projetos de escolarização dos cidadãos, para que possam usufruir de seus direitos.

Sobretudo, as transformações técnico-científicas têm início a partir de inúmeros acontecimentos dentro da economia e da política. Fenômenos como a globalização mundial, ascensão dos meios de produção, a produção flexível, o desemprego causado pela mecanização do trabalho, e o grande crescimento tecnológico levam a escola a pensar na necessidade de qualificação do ser humano, cabendo à mesma formar um cidadão flexível e adaptativo como busca o mercado.

Assim o ambiente rural e especificamente escolar do campo, também sofre tais influências; apresenta-se em dois sentidos principais, de um lado sendo setor de reprodução e de outro agente de transformação. Luck (2009) afirma que,

A participação [...] caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LUCK, 2009, p. 29).

A educação é a única condição que pode transformar o mundo. Por meio dela, é possível munir jovens, crianças e adultos com instrumentos da leitura e a escrita que os permitam compreender a realidade na qual estão inseridos, podendo,

no futuro, melhorá-la. A alfabetização tem um papel importante nessa jornada, pois é o primeiro passo para a mudança. A escola do campo, na zona rural precisa acompanhar as mudanças que a sociedade exige também.

Estas mudanças devem ser dinâmicas, a começar pelo planejamento participativo que é de suma importância, pois envolvem diferentes segmentos da comunidade local e escolar que têm representação no conselho escolar, que deve ser gerenciado com ampla participação da comunidade, envolvendo a equipe gestora da escola, o conselho escolar, estudantil e outros. Destaca-se especialmente, a importância do conselho escolar na otimização desses programas nas unidades escolares, que também devem agir para que haja um bom funcionamento da educação campestre. São situações emergentes que podem fazer a diferença. Por isso, a importância de mudar e atentar para essa situação. Assim,

A democratização da gestão da escola constitui-se numa das tendências atuais mais fortes do sistema educacional, apesar da resistência oferecida pelo corporativismo das organizações de educadores e pela burocracia instalada nos aparelhos de estado, muitas vezes associados na luta contra a inovação educacional (GADOTTI, 1994, p.6).

Ademais, a educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa concepção determinada de mundo, a qual estabelece os fins a serem atingidos pelo ato educativo em consonância com as ideias dominantes numa dada sociedade ou até grupo social. O fenômeno educativo não pode ser, entendido de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar; mas sim, como uma prática social, situada historicamente, numa realidade total, que envolve aspectos de valores culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem concreto a que esta diz respeito e respeita a todos com suas características individuais e realidade social.

Neste sentido, vivencia-se um tempo de crise que pode ser entendida enquanto fenômeno cultural, embora relacionada com o modelo de produção do conhecimento, mas que deve ser analisada em suas dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais em que o indivíduo está inserido.

Todavia, toda construção da ciência moderna tem sido baseada na ideia de que ela é o único modelo de conhecimento, e toda e qualquer produção só faz sentido se

esse modelo for o da racionalidade única, até por isso denominada científica, que busca investigar fatos e eventos que envolvem até mesmo o próprio estudante.

Assim sendo, tanto a teoria quanto as práticas educacionais desenvolvem-se, predominantemente, segundo os paradigmas dominantes num dado momento histórico e as escolas do campo estão neste contexto que deve ser revisto com a finalidade de dinamizar para melhor atender quem dele possa usufruir.

As transformações precisam ser executadas e o cidadão deve está fazendo parte delas, pois o ambiente educacional exige adaptações, para que quer esteja na zona urbana ou rural. A educação deve ser para todos.

O efeito mais perverso destas transformações tem sido o desemprego e a exclusão social, já que os benefícios provenientes dessas transformações são usufruídos por apenas uma pequena parte da sociedade. Ao lado dos avanços científicos e tecnológicos com o aumento dos bens de consumo, do bem-estar, da difusão social, há fome, desemprego, doença, falta de moradia, analfabetismo das letras e das tecnologias. (OLIVEIRA, 2003, p. 115)

Mediante a situação, a escola deve romper com a sua forma histórica presente para fazer frente a novos desafios, tomando por base os discursos que introduzem e justificam as atuais políticas de formação de professores. As transformações nas formas de comunicação e de intercâmbio de conhecimentos, desencadeadas pelo uso generalizado das tecnologias digitais nos distintos âmbitos da sociedade contemporânea, demandam uma reformulação das relações de ensino e aprendizagem, tanto no que diz respeito ao que é feito nas escolas, quanto a como é feito.

Sobretudo, precisa-se então começar a pensar no que realmente pode ser feito a partir da utilização dessas novas tecnologias, particularmente da Internet, no processo educativo. Para isso, é necessário compreender quais são suas especificidades técnicas e seu potencial pedagógico, para também o aluno que vive no campo.

Dessa forma, entende-se que constitui um dos papéis da escola, o de propiciar espaços para a participação da comunidade escolar à dinâmica, atividades e decisões escolares. Pois, para integrar e possibilitar que os membros desta possam interagir com a mesma, tomando consciência do seu papel na gestão e no

envolvimento, é necessário à abertura de espaços democráticos e de voz à comunidade.

Dessa forma, a gestão democrática, compartilhada e participativa são termos que, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática, especificamente para quem vive distante dos centros urbanos. Por isso,

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior (...) Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal (BRASIL, 2005, e, p.15).

É preciso compreender que o planejamento participativo é de suma importância, pois envolvem diferentes segmentos da comunidade local e escolar que têm representação no conselho escolar, que deve ser gerenciado com ampla participação da comunidade, envolvendo a equipe gestora da escola, o conselho escolar, o grêmio estudantil e outros.

Assim, o espaço escola constituiu-se a partir de muitos conceitos, em diferentes momentos históricos, em complexos contextos sociais e com inúmeras contribuições de pensadores e pedagogos. Muito se pensou e repensou e organizou e reorganizou no espaço escolar, com a intenção de rever e adaptar algumas questões que deveriam ser mudadas; sendo que estas, atingiram o currículo educacional, métodos de ensino e aprendizagem; relações entre os sujeitos que a constituem; e ainda com o conceito básico da escola, de que é um local para se aprender por normas estabelecidas e pelas relações entre sujeitos.

Diante disto, se a escola é habitada por diferentes sujeitos, e estes vêm de diferentes locais e espaços sociais, é também na escola que todas estas diferenças se encontram e precisam ser mediadas. A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola; enfim, nos processos decisórios da escola.

Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfoca-se os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão

democrática na escola, de forma participativa, que exige uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar, para o ensino chegar ao aprendizado significativo

Neste sentido, é preciso destacar o valor da participação coletiva e do exercício de construção democrática como prática constante e condição maior de desenvolvimento, através da qual a escola se tornará, de fato, uma instituição promotora da cidadania e voltada aos interesses das camadas populares. Somente pelo caminho da democracia é que a escola será apropriada pela comunidade; e de forma democrática, os processos escolares poderão ser percebidos em sua dimensão político-pedagógica, e os seus resultados terão uma extensão social incomparavelmente superior ao que tem atualmente.

Ademais, este caminho precisa ser uma construção coletiva, autônoma e permanente, de modo que as novas gerações apreendam o processo como um valor político e ético, controlador dos processos institucionais escolares e sociais, no sentido mais amplo, abrangendo todos os sujeitos educacionais em todas as instituições de ensino. Luck (2009) enfatiza que,

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LUCK, 2009, p. 29).

Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do quadro educacional onde prima-se por quantidade versus qualidade. Há muitas possibilidades que visam um melhor desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem das crianças do campo, daí o desafio de se pensar em uma alternativa que objetive conferir qualidade as classes multisseriadas, tornando o ensino nelas desenvolvido de igual ou de melhor qualidade que os das classes seriadas que torna um desafio pretensioso; porém, possível.

3 DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE NA EMEIF “LUIS INÁCIO” NA COMUNIDADE NOVA UNIÃO EM ITAITUBA-PARÁ

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Luiz Inácio localizada na Comunidade Nova União Ramal Faturão km 49, está estruturada com duas (02) salas de aula, uma cozinha(01), dois (02) banheiros, um (01) campo de futebol, e tem em seu corpo docente três professores.

Os docentes no ano de 2019, desenvolvem as atividades desde o Ensino Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental na seguinte ordem: professor Antônio Alves da Silva formado em pedagogia, que também desenvolve a função de diretor se receber salário pelo exercício da mesma e trabalhando com jardim, 1º ano, 2º ano do ensino fundamental, trabalha com hora aula no período da tarde com as disciplinas de Matemática do 6º ao 9º e Ciências do 6º ao 9º ano.

A escola desenvolve todas as atividades relacionadas às datas comemorativas, participa todos os anos dos desfiles da semana da pátria, adotando uma metodologia voltada para a realidade cotidiana da comunidade escolar considerando a condição sócio- cultural do público escolar.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho, que foi realizado na EMEIEF “Luís Inácio” na comunidade Nova União em Itaituba-Pará, em Agosto de 2019, sobre os Desafios da docência na Educação do Campo, ocorreu a partir de um estudo bibliográfico para embasamento teórico específico da temática a ser desenvolvida, como (ARROYO, 2007), (BRASIL, 2006), (CALDART, 2004), (CHALITA, 2004), (OLIVEIRA, 2010) dentre outros e uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, visando analisar os desafios da docência na educação do campo, como também “Observar a estrutura física da escola, para o atendimento ao aluno do campo; Compreender as dificuldades dos professores para trabalhar na escola da zona rural e identificar estratégias metodológicas na prática pedagógica dos professores”.

Para direcionar o referido trabalho, foram elaboradas as seguintes questões: Quais são os desafios de um professor que trabalha na educação do campo? A

escola proporciona uma estrutura adequada para desenvolver o ensino aprendido e a educação integral? Quais metodologias são utilizadas para o trabalho pedagógico dos docentes na referida escola?

A partir dos pressupostos, de acordo com os objetivos mencionados acima que essa pesquisa pretendeu alcançar, a presente investigação, os sujeitos desta foram três professores, que trabalham efetivamente na referida escola. Os dados foram coletados por meio de questionários elaborados para entrevistas individuais, com as análises destes, a discursão das respostas, as sugestões de propostas sobre a questão dos desafios da docência na educação do campo e a conclusão de todo o estudo, com os referenciais bibliográficos.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

O referido trabalho, contou com a participação de três professores que trabalham na referida instituição de ensino, através de investigação sobre os desafios da docência na Educação do Campo. Foi entrevistado uma professora com a idade de quarenta e um anos de idade, graduado em Pedagogia, trabalhou em outra instituição de ensino, mas trabalha há quinze anos na escola investigada.

Também foram investigadas duas professoras, sendo uma com vinte e seis anos de idade, graduada em História, trabalha há mais de um ano na educação, com História, Arte, Religião e estudos Amazônicos, do sexto ao nono ano. A segunda professora tem vinte quatro anos, graduada em Pedagogia, trabalha há mais de dois anos nesta escola e já trabalhou em outra instituição de ensino. Os docentes estudados não informaram suas especializações.

3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

Os sujeitos da investigação realizada, foram três professores que trabalham na EMEIF Luís Inácio, em Nova união, Itaituba- Pará, que responderam com toda propriedade aos questionários individuais, sobre os desafios da docência na Educação do Campo. A primeira questão trata das contribuições da Educação do campo para a comunidade.

Quadro 1- Para você, quais as contribuições da Educação do Campo para a comunidade? **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	A educação do campo é de grande importância, pois são as muitas contribuições no desempenho do aluno do campo. Pois existem muitas necessidades para o aluno e eles também têm o direito de um bom ensino.
P2	Ajuda no desenvolvimento e na manutenção do homem no campo.
P3	Contribui para o desenvolvimento integral do sujeito que vive na zona rural, no campo, que vive longe dos centros urbanos e precisa de escolarização.

Ao investigar sobre as contribuições da Educação do Campo para a comunidade, os entrevistados responderam que é de grande importância devido as necessidades dos alunos que têm o direito ao ensino, que contribui na manutenção do homem e seu ambiente onde vive e no desenvolvimento integral do sujeito da zona rural.

Desta forma, a educação do campo é uma necessidade de quem vive na zona rural e que precisa da escolarização para sua qualificação profissional, como também proporciona uma identidade educacional para o sujeito campestre. Assim, ela contribui definitivamente para quem vive neste contexto social, considerando a cultura de cada sujeito. Frigotto (2011) enfatiza que,

Na educação e pedagogia do campo, parte-se da particularidade e singularidade dadas pela realidade de homens e mulheres que produzem suas vidas no campo. Todavia, não se postula o localismo e nem o particularismo, mediante os quais se nega o acesso e a construção do conhecimento e de uma universalidade histórica e rica, porque é a síntese do diálogo e da construção de todos os espaços onde os seres humanos produzem sua vida. Educação e conhecimento apontam para uma sociedade sem classes, fundada na superação da dominação e da alienação econômica, cultural, política e intelectual. (FRIGOTTO, 2011. p.36).

Sobretudo, a educação do campo hoje precisa também aproximar a comunidade da escola, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites, possibilidades e alternativas, o contexto de inserção na busca de uma unidade de ação, sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais, ou seja, os saberes sociais, como culturas e crenças que devem ser trabalhados em todas as instituições de ensino com essa categoria educacional. Dando prosseguimento, a questão sobre turmas multisseriadas na escola.

Quadro 2- Na escola, há turmas multisseriadas? Fale sobre. **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Sim, trabalhamos do maternal ao quinto ano multisseriada e para que consigamos ter resultado, trabalhamos em conjunto sempre pensando no melhor para o aluno.
P2	A escola trabalha com o ensino multisseriado sim, modelo que torna o ensino um pouco complicado para os professores.
P3	Sim. A modalidade predominante, se não, não funciona. E os professores tem que se adaptar; o sistema não quer saber das dificuldades; quer que funcione de qualquer maneira.

Ao investigar os professores sobre possíveis turmas multisseriadas na escola, os mesmos responderam que sim, tornando-se uma das dificuldades, que consistem em desafios. Também, os mesmos afirmaram que trabalham em coletivo, objetivando resultados positivos, que fazem adaptação curricular, pois o sistema exige. Ainda houve que ressaltasse que o ensino em multissérie é complicado para os professores.

Assim, é preciso pensar em uma escola que seja capaz de inserir em uma sociedade em constante mudança; porém, construindo resistências quando necessário. É na perspectiva dessa condição, que precisa ser elaborada uma proposta de educação pensada junto com os camponeses, de modo que estes concebam como algo necessário para suas vidas, haja vista que todos têm o direito de serem protagonistas da construção de sua história, e nessa inclui o percurso formativo conferindo com a escolarização. Nesse sentido,

A escola, neste nível, longe de poder ser modelada seguindo antigos padrões acadêmicos, deve buscar os moldes na própria vida em comunidade, fazendo-se ela própria uma comunidade em miniatura, onde o aluno viva e aprenda as artes e relações da sociedade compósita e difícil de que vai utilmente participar. (TEIXEIRA, 1956 p. 26).

Sobretudo, a ausência de política de formação que contemple as especificidades do modo de vida no campo, tem influenciado diretamente no cotidiano da sala de aula como também no processo de construção da identidade do estudante do campo. Assim, surgem a dificuldade de desenvolver um trabalho diferenciado nas escolas do campo e isto está relacionado à ausência de conhecimento sobre esse espaço. O docente, sendo urbano, depara-se com uma realidade totalmente diferente da sua. E isso exige também conhecimento de

realidade e adaptação, como recurso necessário para acontecer o ensino aprendizagem.

Nesse processo a atuação da escola, por meio do processo de ensino pode desempenhar um papel fundamental, mas para isso é necessário contar com educadores qualificados. É preciso deixar claro que o uso do termo qualificado aqui não está relacionado apenas à ideia de um título de ensino superior, este faz referência também à capacidade de o educador desenvolver um trabalho socialmente relevante que proporcione uma articulação entre os saberes acadêmicos e os saberes locais. Continuando o estudo, a questão sobre os maiores desafios da modalidade.

Quadro 3- Quais os maiores desafios desta modalidade? **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	São muitos os desafios. Os professores têm que ter todo o cuidado de observar a necessidade de cada um; porque há diferenças, alunos diferentes; então, o professor enfrenta esses casos em turma multisseriadas e enfrentamos muitos desafios.
P2	É ter que trabalhar com várias séries simultaneamente na mesma sala de aula.
P3	Os desafios e as dificuldades são inúmeros, a partir das turmas juntas para serem trabalhadas todas as disciplinas de uma série, a dificuldade de adaptação curricular, a estrutura da escola que precisa ser revista e a disparidade de conhecimentos dos alunos.

Os entrevistados não hesitaram em responder que são muitos os desafios a serem superados na educação do campo, como o cuidado de verificar- e as necessidades e diferenças dos alunos; trabalhar com várias turmas ao mesmo tempo em uma mesma sala; e a adaptação curricular, a estrutura da escola que precisa ser analisada e a disparidade de conhecimentos dos educandos.

Ademais, as dificuldades e desafios estão sempre presente neste contexto educacional; pois, as necessidades estão em todas as questões relacionadas na modalidade, buscando analisar que as séries multisseriadas têm suas características que diferem de outras turmas formadas com séries diferenciadas, o currículo comum que deve ser seguido precisa ser adaptado e o docente está neste contexto, para um trabalho árduo, onde almeja-se resultados positivos educacionais. Beltrame (2009) afirma que,

(...) a "mensagem" da escola não se integra num esquema de necessidades vitais ao homem que trabalha e vive no campo. A integração efetiva da escola com as necessidades vitais do sujeito só ocorre quando ele se propõe a migração para a cidade ou se envolve com relações materialmente significativas de caráter urbano (...). (BELTRAME, p.19, 2009).

Diante disso, torna-se um grande desafio, trabalhar levando em conta a articulação escola-comunidade, com todas as suas diversidades. Porém, os espaços de decisão que pretendem fazer crescer esse elo apresentam uma dimensão restrita da gestão democrática, quando não se estabelece o diálogo com a comunidade escolar, de forma articulada entre os problemas concretos e o processo educativo.

Desta forma, torna-se necessário e até urgente repensar, agir, manter e ampliar as ações, para evitar que as escolas estaduais do campo venham a desaparecer ou somente se restrinja a mudança na nomenclatura da escola. Também é bom atentar para a prática de a maioria dos professores nas escolas de campo, que devem consolidar um vínculo afetivo e responsável, para amenizar as dificuldades existentes no contexto.

Assim, há alguns fatores que, direta ou indiretamente, interferem no bom desenvolvimento das práticas pedagógicas, entre os quais destaca-se problemas na infraestrutura das unidades escolares; localização inadequada das escolas em relação ao assentamento e sua localização, verifica-se a formação dos professores; o apoio didático e deficiência na metodologia, seleção e planejamento dos conteúdos, elaboração diferenciada do calendário escolar de forma a priorizar a vida no campo e oferta reduzida dos níveis de ensino proposto pelas escolas do campo em zonas rurais.

Sobretudo, tais fatores proporcionam um distanciamento considerável entre a contextualização das práticas pedagógicas e a realidade das comunidades situadas nos espaços rurais. Isso faz com que as pessoas que têm como opção a educação rural, não acreditem na possibilidade de se ter um futuro honroso e promissor, por não acreditarem que as oportunidades de ensino são as mesmas que se tem nos grandes centros.

Assim, a escola do campo permanece com seus desafios e dificuldades, de forma paralela, como se nada pudesse ser feito ou como se fosse a forma mais natural dessa educação. À seguir, a pergunta sobre a preparação da escola para desenvolver a educação em multissérie.

Quadro 4- A escola está preparada para desenvolver esta modalidade? Por quê? **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Sim, por que os professores têm a preocupação de ajudar os alunos e sempre buscar formas de desenvolver a educação com os alunos através de pequenos projetos e aulas de reforços e também o mais importante é o professor trabalhar em conjunto.
P2	Os professores participam de cursos de formação continuada que são voltados para essa modalidade.
P3	Sim, na medida do possível. Porém, é preciso muita força de vontade, empatia e conhecimento para trabalhar com multisséries. Mas ainda falta muita coisa para tudo caminhar melhor.

Ao serem interrogados se a escola está preparada para desenvolver essa modalidade de ensino, os professores responderam que sim, na medida do possível, que buscam desenvolver a melhor forma de educar através de pequenos projetos, aulas de reforços e o trabalho coletivo.

Também os professores participam de formação continuada voltada para essa modalidade e com força de vontade e empatia. Porém, ainda falta muita coisa para funcionar melhor. Assim, [...] A educação do campo é ao mesmo tempo uma inovação e uma resignificação da educação popular para esse momento histórico, o que possibilita dizer que ela se constitui, dependendo de quem a faz (e formula) como educação Popular do Campo. (PALUDO, 2001. p.263).

Ademais, o educador do campo deve ser aquele que contribui com o processo de desenvolvimento para uma aprendizagem de qualidade, construindo conhecimentos a partir da realidade vivida por eles e adequando à realidade dos alunos.

Para trabalhar com os alunos do campo é preciso não só ter conhecimentos, mas é preciso conhecer a realidade local, as famílias que lutam por sobrevivência e qualidade de vida, elaborar projetos para trabalhar com as famílias, a identidade do homem do campo entre outros. Usar metodologias de acordo com a realidade local, buscando resgatar a cultura e especialmente o respeito ao outro, é fundamental.

Por isso, este deve se adequar a realidade deste povo para trabalhar a aprendizagem por meio de histórias construídas com suas lutas pela igualdade, educação, cultura e dignidade pela vida, de acordo com o que a sociedade exige. A próxima questão trata da adaptação curricular para o atendimento eficaz ao corpo

discente. À seguir, a questão que aborda a adaptação curricular na escola do campo.

Quadro 5- Como é feita a adaptação curricular para atendimento eficaz ao aluno?
Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

Fonte:

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Através dos conteúdos passados o professor vai observar para saber se o aluno está se desenvolvendo com as aulas ministradas; caso o contrário, tem que buscar outras formas.
P2	Os professores buscam adaptar os contextos de forma que possa ser trabalhado com todos os alunos.
P3	De acordo com as disciplinas a serem ministradas nas séries. É preciso adaptar para que o ensino aprendizagem possa acontecer. Também trabalha-se com reforços das turmas menos adiantadas e de acordo com o aprendizado, pode trabalhar com os alunos com dificuldades.

Ao se tratar da adaptação curricular na escola, os entrevistados afirmaram que analisam conteúdos passados para observar o desenvolvimento dos alunos, há a adaptação contextual para serem trabalhados com os educandos e o reforço para os alunos mais atrasados em disciplinas em que outros estão adiantados.

Assim, percebe-se que o currículo comum vem especificar a série do aluno que deve receber todas as diretrizes que o mesmo lhe impõe; porém, a diversidade de alunos com conhecimentos compondo uma turma multisseriada, permite que este planejamento seja trabalhado com um olhar mais empático, visando o ensino aprendizagem para todos os que na turma estão inseridos.

Na realidade, o currículo algo abrangente para as experiências do ensino aprendizagem, contribui, com seus conteúdos, no processo do conhecimento e nas metodologias a serem trabalhadas. A LDBEN n. 9394/96, em seu artigo 28 (BRASIL, 2002), estabelece normas para a educação no meio rural.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2002, p. 116).

Diante do citado, é preciso compreender que no contexto histórico da educação do campo há o descaso com que os povos de modo geral e especificamente quanto às questões educacionais. Desta forma, o termo educação

do campo, na zona rural, surgiu das diversas lutas por políticas públicas e teve como participação ativa o movimento dos trabalhadores sem-terra, na garantia de seus direitos usurpados ao longo dos tempos.

No entanto, a educação ofertada para essa população continua sendo um modelo urbano direcionado para quem vive na zona rural e no campo. Nessas condições torna-se difícil os professores se identificarem como o modo de vida no campo, com os problemas locais, tornado-se quase impossível desenvolver um trabalho onde os estudantes percebam uma integração entre os saberes locais e os conhecimentos científicos.

Neste contexto, o fato de pensar, refletir e elaborar uma proposta curricular para as escolas do campo não é uma tarefa fácil, primeiramente porque a própria discussão e entendimento do que significa a palavra currículo no cenário educacional não é nada fácil, especificamente na zona rural, com toda sua característica. Prosseguindo, a pergunta sobre as metodologias utilizada pelos professores na escola.

Quadro 6- Quais metodologias são utilizadas para o ensino aprendizagem dos alunos? **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Trabalhamos de forma que o aluno entenda a necessidade de estudar, fazendo ele entender o motivo de está em uma sala de aula e a importância de estudar para se tornar uma pessoa culta em meio à sociedade
P2	Os professor buscam a adoção de métodos que possam contemplar todos os níveis em sala, de forma que os alunos possam interagir uns com os outros.
P3	As estratégias possíveis dentro de uma sala com turmas multisseriadas, com crianças com todo tipo de conhecimento, diferentes idades e comportamentos e personalidades. Mesmo não podendo diversificar tanto, mas trabalho sim, para atingir o aprendizado como trabalhos em grupos, leituras compartilhadas entre outros.

Ao serem interrogados sobre as metodologias que facilitam o aprendizado dos alunos, os professores afirmaram que trabalham para que o aluno perceba a necessidade e a importância de frequentar uma sala de aula, como também buscam utilizar métodos que contemplem todos os níveis e a interação. Também, foi ressaltado que são utilizadas estratégias para classes multisseriadas, para alunos com conhecimentos diversificados, idades, comportamentos e personalidades diferentes; o trabalho em grupo, leituras compartilhadas também foram mencionadas.

Assim, a Educação do Campo configurando-se como uma identidade construtiva com um projeto educativo direcionado especificamente às comunidades rurais, menciona-se os conteúdos que exijam maior imaginação dos alunos que podem ser melhor explorados por meio de uma metodologia construtivista, através de suas criatividade, compreensão e subjetividade, trabalhando sua cultura e compreendendo seu jeito de viver.

Ademais, cada método de ensino é adequado para cada tipo de situação, perfil discente e conteúdo a ser ministrado, mas o ideal é que não haja limitação a apenas um método. O importante é manter uma abertura para novas abordagens em sala de aula e adequar detalhes conforme os resultados e as disciplinas a serem ministradas.

Mediante a questão, as práticas pedagógicas aplicadas às escolas do campo, devem adequar-se. Pois, “ao decidir pela seleção, forma de organização e distribuição dos conhecimentos, as comunidades definem sua própria caminhada de opção teórico-metodológica transformadora, envolvendo suas discussões nas opções de concepção de homem, de sociedade e de educação”. (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 188).

Portanto, o educador deve de forma permanente conhecer e reconhecer o espaço da escola desenvolvendo em suas práticas educativas, a valorização da comunidade da escola rural, respeitando suas especificidades e incorporando na educação formal os saberes sociais passados de geração a geração de acordo com a realidade local e social.

Também deve trabalhar, desenvolvendo as práticas pedagógicas e valorização da natureza de forma relevante, para que haja uma melhoria qualitativa na aprendizagem dos alunos, valorizando o lugar onde estão inseridos e os saberes tradicionais destes mesmos lugares a serem preservados e observadas suas utilidade, trabalhando no sentido de dar condições ao agricultor camponês de manter-se no campo, com saberes e conhecimentos sobre atividades agrárias, sendo relevante formar cidadãos comprometidos com a sustentabilidade. Tendo consciência de que o campo não é simplesmente um local rural e agrícola, mas também de produção de vida e conhecimentos através da escolarização. Dando seguimento ao estudo, a indagação sobre a contribuição dos pais para a educação dos filhos.

Quadro 7- Os pais contribuem para a educação de seus filhos? Justifique sua resposta. **Fonte:** Professores da EMEF Luiz Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Sim. Porém hoje ainda existe pais que acham que o dever de educar seu filho é apenas da escola; mas a escola Luiz Inácio sempre frisa o papel da família na educação dos filhos.
P2	Alguns pais contribuem com a educação dos filhos, mas nem todos fazem esse acompanhamento.
P3	Infelizmente nem todos contribuem com a educação dos filhos; pois precisa-se para ajudar nos deveres de casa, na imposição da educação familiar que trabalha os valores éticos e morais e a própria presença desses na escola, já motiva o aluno a estudar mais.

Os docentes investigados, quanto à contribuição para a educação de seus filhos, os mesmos enfatizaram que nem todos fazem isso. Pois, há pais que atribuem o dever de educar somente à escola, mesmo a escola atribuindo aos pais essa responsabilidade. Também há pais que contribuem, pois precisam ajudar nos deveres de casa, na educação familiar que repassa os valores éticos e morais, e a própria presença dos genitores é motivo para a criança querer estudar.

Assim, a LBD (1996) em seu artigo 1º, apregoa que A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996 p.4).

Ademais, a família é considerada a primeira agência educacional da criança e é responsável pela forma como o sujeito se relaciona com o mundo e interage com o outro. Tem um importante papel na proteção e desenvolvimento da criança, não somente no funcionamento biológico, mas também na transmissão de valores, tradições e significados culturais; essa transmissão se dá pela linguagem, símbolos e comportamentos familiares, além de desenvolver de forma integral com comportamentos e personalidade.

Portanto, é no ambiente familiar que se exerce influências sobre os filhos por meio dos objetivos que os pais priorizam na educação, as estratégias pedagógicas e pela forma como lidam com essas tarefas e com outros agentes educativos. A participação dos pais na educação dos filhos tem sido apontada como o problema e a solução para elevar o aproveitamento acadêmico, em especial, dos grupos em desvantagem social.

Ademais, a família vem sendo apontada como uma solução para várias necessidades, cabendo aos pais um papel específico no desenvolvimento

acadêmico, social e emocional dos filhos. O ambiente familiar também educa e forma personalidades. A família é uma instância educativa. Enfim, a questão sobre o perfil do aluno do campo.

Quadro 8- Trace o perfil dos alunos da escola campesina. **Fonte:** Professores da EMEF Luís Inácio, Nova União em Itaituba- Pará/2019.

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	Bom, os alunos do campo são crianças simples, que precisam de muita atenção e carinho por parte dos professores; pois muitos não sabem a importância de um abraço por conta da convivência em casa. Então, muitas das vezes o professor tem que ter essa atenção e agir com responsabilidade.
P2	Os alunos o campo demonstram interesses em entender, sendo que nem todos manifestam esse interesse na proporção que se espera.
P3	Os alunos da zona rural, do contexto campesino, têm suas peculiaridades. São simples, sem tanto contato com a tecnologia ainda brincam com as brincadeiras tradicionais, são estudantes que vivem longe do contexto urbano, e assim, vivem com sua cultura e seus costumes próprios. Dessa forma, a "educação" deve adaptar-se a eles, que para que ocorra o aprendizado.

Finalizando o estudo, a questão que indaga o perfil do aluno da escola do campo. Os docentes traçaram os principais pontos que definem o educando, afirmando que são crianças simples que precisam de atenção e carinho por partes dos professores, são aqueles que demonstram interesse em estudar; e especialmente os alunos da zona rural, no campo tem suas peculiaridades. São simples não mantém contato com a tecnologia, ainda utilizam brincadeiras tradicionais, que vivem longe das cidades e que tem sua cultura e seus costumes próprios. Por isso, opinam que a educação deve adaptar-se à sua realidade. Beltrame (2009) ressalta que,

(...) no campo ela introduz na experiência educativa elementos culturais e perspectivas de vida diferentes daqueles do universo camponês, o que favorece a própria negação desse universo, seu esvaziamento cultural e simbólico, provocado pela expressão de sentimentos e valores que não fazem parte da socialização para o mundo rural. Nesse espaço em que o indivíduo reelabora a maneira de expressar sua natureza pessoal e social, esses homens e mulheres são levados a assimilar outros referenciais culturais, no bojo dos conhecimentos que adquirem. (BELTRAME, p.18.2009).

Assim, é preciso reconhecer que no campo existe uma pluralidade de sujeitos, tais como assentados, acampados, índios, quilombolas, trabalhadores assalariados, que podem e devem conviver numa relação dialógica e fraterna. Para isso é preciso que a educação seja um projeto da classe trabalhadora do campo para todas as pessoas que estão inseridas neste contexto campesino. Precisa-se de uma

educação que contribua para a construção de outra relação entre o campo e a cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes.

A instituição escolar como espaço de acesso ao saber formal, deve se tornar essa ponte para essa socialização e interação entre pessoas que mesmo com suas diferenças, têm os mesmos direitos e principalmente os conhecimentos educacionais. É importante que a construção das escolas campesinas ocorram de forma cooperativa e que a integração prevaleça em toda a comunidade escolar.

Também é importante garantir um trabalho coletivo entre a escola e a comunidade, atendendo às especificidades, da realidade local. É preciso levar em conta as diferenças das escolas do campo, sendo um possível desenvolvimento da Educação do Campo com intuito de atender às reais demanda da comunidade sociedade rural.

Portanto, para trabalhar com os alunos do campo é preciso não só ter conhecimentos científicos, mas é preciso conhecer a realidade local, as famílias que lutam por sobrevivência e qualidade de vida. Há a necessidade de elaborar projetos para trabalhar com as famílias, a identidade do homem do campo entre outros. Usar metodologias de acordo com a realidade local, buscando resgatar experiências vividas pelo povo e assim fazer da educação algo inovador, para sujeitos com perfis diferenciados.

3.5 PROPOSTAS DE INTERVENIÊNCIAS.

De acordo com o resultado das pesquisas om professores da EMEF Nova União em Itaituba- Pará, é preciso rever a cultura do campo para servir de base às práticas pedagógicas em sala de aula nas comunidades rurais, em escolas do campo.

Assim, tanto as estratégias utilizadas pelos professores, como a avaliação, planejamentos de atividades, seminários temáticos e oficinas, onde também são estimulados a produzirem materiais didáticos próprios, adequados à realidade da escola, devem ser repensados e trabalhados com mais habilidades.

Todavia, ao analisar a investigação da escola pesquisada, percebeu-se a necessidade de algumas propostas para intervir nos desafios dos docentes no trabalho na escola do campo, que consistem em :

I-Trabalhar com oficinas pedagógicas, como metodologia de ensino;

II- Promover atividades para a inserção dos pais na escola;

III- utilizar-se de materiais disponíveis para diversificar os recursos didáticos pedagógicos;

IV- Propiciar momentos lúdicos, desenvolvendo a ludicidade através de jogos e brincadeiras objetivando o ensino aprendido com eficácia.

Portanto, a educação passa por enormes mudanças todo o tempo e nem sempre os educadores estão preparados para lidar com ela. Por isso, as metodologias de ensino têm um papel fundamental no processo de crescimento da autonomia do aluno na aprendizagem e o docente é o intermediário deste contexto.

Todavia, é necessário trabalhar a integração de estratégias, técnicas e atividades voltadas a diferentes situações didáticas vividas em sala de aula, de acordo com a faixa etária e as condições dos alunos em classe, tendo como objetivo propiciar condições para que o aluno possa se apropriar dos conhecimentos almejados, e ao final, ter condições propícias para desenvolver a contento o que lhe for proposto. É a educação direcionando o aluno, o ser social que precisa e depende dela para se tornar um sujeito com uma identidade.

CONCLUSÃO

A educação do campo é um projeto construído a partir da demanda dos movimentos sociais do campo, que ao questionarem sobre a educação universal, propõem uma educação contextualizada, em que os sujeitos do campo, em zonas rurais, sejam seus principais agentes.

Assim, ao investigar os três professores que trabalham efetivamente na EMEF Nova União em Itatuba- Pará, sobre os desafios da educação do campo, em Agosto de 2019, percebeu-se as dificuldades que consistem desafios, estão evidentes, em diversos aspectos na instituição de ensino.

Verificou-se que a educação do campo contribui significativamente para a formação dos alunos que têm sua cultura e seu modo de viver na zona rural, mas que os desafios estão claros, iniciando-se com turmas multisseriadas que formam as classes a serem trabalhadas na referida escola. Pois essas turmas, são formadas por alunos com comportamentos, personalidades, conhecimentos diferentes e até com disparidade de idades.

Sobretudo, também houve afirmação de que a escola está preparada para desenvolver o ensino aprendizagem, porém, é preciso o docente trabalhar na adaptação curricular, que não é tão fácil, chegando-se à conclusão que deve ser trabalhados revisando conteúdos aos mais atrasados para atender à demanda curricular.

Quanto às metodologias, utilizam-se de diversas, na medida do possível; porém faz-se necessário que diversifiquem mais ainda, incluindo a ludicidade. Pois são as estratégias metodológicas que fazem a diferença para se alcançar os objetivos almejados.

Também verificou-se que os pais precisam acompanhar e contribuir mais com a educação de seus filhos, para que os mesmos estejam, sempre motivados; e que especialmente devem ajudar nos deveres de casa, como reforço de aprendizagem.

Sobretudo, com a diversidade de traços sócio- culturais de alunos que vivem e buscam a educação nas escolas do campo, é preciso um dinamismo eficiente, em uma escola eficaz, com professores estrategistas, com conhecimentos da realidade de quem vive uma vida diferente dos centros urbanos, a educação poderá acontecer e o ensino aprendizagem pode tornar-se evidente em um contexto de

uma realidade que somente é diferente, mas que tem os mesmos direitos à educação de acordo com a exigência da sociedade.

Portanto, em meio às dificuldades e desafios da educação do campo, não basta adquirir um determinado poder para trabalhar neste contexto, é preciso aprender a usá-lo em diferentes situações e ter condições para dominar as esferas de sua realização. Pois, a ocorrência de uma necessidade circunstanciada na educação da zona rural, remete a uma reflexão e a um olhar diferente, para quem vive distante dos efeitos da globalização, embora incluso nela, sem perceber; até que um agente educacional venha orientar e fazer compreender, que tudo é possível quando a educação é levada a sério e com eficácia, mesmo com as divergências e atropelos pelo caminho.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, C. A.; LUCINI M. **Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação**. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n. 72, p. 184, maio/ago. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06/06/2019.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.23.
- ARROYO, Miguel. G. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzales. **Políticas De Formação De Educadores (As) Do Campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007
- BELTRAME, S. A. B. **Cenários da Escola do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). **Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade**. Espírito Santo: UFES, 2009.
- BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- BRASIL, **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília/ DF. 2005.
- BRASIL, MEC. **Educação do Campo: diferença mudando paradigmas**. Cadernos Secad 2, Brasília, DF. Março de 2010
- BRASIL. II Conferência Nacional: **Por Uma Educação do Campo**. Disponível em www.redler.org/declaration-II-conferencia-educacao-campo.pdf, 2004.
- BRASIL. **CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 15/06/2015.
- BELTRAME, S. A. B. **Cenários da Escola do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). **Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade**. Espírito Santo: UFES, 2009.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento. Formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis, Vozes, 2004
- CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CAMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História.** In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores.** Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008, p.21.

DAVIANI, Maria Cristina. **Currículo integrado.** Disponível em: http://www.org.br/rh/publicações/textos_apoio/pub.04u2t8.pdf. Acessado em agosto de 2013

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma **realidade concreta.** Revista eletrônica de educação. N. 09, 2011, p.14. Disponível em: <www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 5ª ed. SP: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo; desafios de conteúdo, método e forma.** In: Munarin Antônio, Beltrame Sônia, Conte Soraya Franzoni e Peixer Isabel (orgs). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2011.

GADOTTI, M. **Pedagogias participativas e qualidade social da educação.** In: BRASIL. Ministério da Educação. **Seminário Internacional: Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas** – caderno de textos. Brasília/D.F, 1994.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., 2014.

HAGE, Salomão Mufarrej. **A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação educacional.** In: Reunião Anual do ANPED, 29, 2006. **Anais... Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos manifestos.** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../gt132031--int.pdf> ->. Acessado em: 10 jun. 2010.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **O processo de ensino na escola.** São Paulo: Cortez, 1994. P. 77-118

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 23. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Educação (Popular) do Campo**. In: MIRANDA, & SCHWENDLER, (Org.). **Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. Vol. 1. Curitiba: Ed.UFPR, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.

ROCHA, M. I. A; HAGE, S. M. **Escola de direito: Reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2)

JUNIOR, A. F; NETTO, M. **Por uma educação no campo: percursos históricos e possibilidades**. *Entrelaçando* - Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N. 3, 2011, p. 45 – 60.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As Origens da Modalidade de Currículo Integrado. Tn. Globalização e Interdisciplinaridade: O currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007**. Curitiba: UFPR, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e a Crise Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

TOLEDO, Maria Cristina Moiana de. **O malabarista: um estudo sobre o professor de sala multisseriada por meio do município de Jussara-GO**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Católica de Goiás, 2005.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório de Monitoramento Global da Educação**. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

APÊNDICES



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PORTARIA/MEC Nº. 2560 DE 15/09/03**

Este questionário é parte integrante de um Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba- Pará, intitulado "Desafios da Docência na Educação do Campo".

Questionários para os professores

Identificação:

Sexo: _____ Idade: _____
Ensino Médio: Completo () Incompleto ()
Graduação: _____
Pós- Graduação: _____
Tempo de serviço nesta escola: _____
Já trabalhou em outra instituição de ensino?: _____

- 1- Para você, quais as contribuições da Educação do Campo para a comunidade?

- 2- Na escola, há turmas multisseriadas? Fale sobre.

- 3- Quais os maiores desafios desta modalidade?

4- A escola está preparada para desenvolver esta modalidade? Por quê?

5- Como é feita a adaptação curricular para atendimento eficaz ao aluno?

6- Quais metodologias são utilizadas para o ensino aprendizagem dos alunos?

7- Os pais contribuem para a educação de seus filhos? Justifique sua resposta.

8- Trace o perfil dos alunos da escola campesina.

Obrigada!

